Breve histórico acerca das cooperativas agropecuárias no Brasil¹

Lucas Guedes Vilas Boas

do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - Nepumoceno - Brasil
lucasgvb1991@hotmail.com

Resumo: As cooperativas representaram uma nova forma de organização dos trabalhadores no continente europeu. Doravante o século XIX, as primeiras cooperativas fundadas no Brasil se baseavam nos ideais cooperativistas vindos da Europa, como a gestão coletiva, a associação livre e voluntária, e a luta pela melhoria nas condições de vida e trabalho. Posteriormente, diversos e distintos tipos de cooperativas agropecuárias surgiram em território brasileiro. Desta maneira, o objetivo do artigo é discutir o histórico das cooperativas no Brasil, salientando aquelas criadas pelo Estado brasileiro durante a ditadura militar e as cooperativas de produção agropecuária fundadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Os procedimentos metodológicos adotados foram a pesquisa bibliográfica e a análise documental.

Palavras-chave: Cooperativas Agropecuárias; Ditadura Militar; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Brasil.

Introdução

Atualmente, existem vários tipos de cooperativas, as quais possuem distintas finalidades e são fundamentadas por ideologias diferentes. Este artigo discute o histórico e a evolução das cooperativas no Brasil, conferindo ênfase às cooperativas instituídas pelo governo militar entre 1964 e 1985 e às cooperativas de produção agropecuária constituídas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

As primeiras cooperativas fundadas no Brasil no século XIX se baseavam nos ideais cooperativistas vindos da Europa, como a gestão coletiva, a associação livre e voluntária, a luta pela melhoria nas condições de vida e trabalho, entre outros. Deste modo, foi necessário articular um breve histórico acerca do surgimento das primeiras cooperativas em âmbito global, com ênfase na experiência de Rochdale e nos princípios disseminados por esta sociedade cooperativa.

A pesquisa bibliográfica subsidiou a realização deste estudo, com ênfase em referências relativas às primeiras cooperativas brasileiras e àquelas fundadas durante a ditadura militar ou criadas pelo MST. Ademais, a análise documental também foi um procedimento metodológico adotado, por meio avaliação da legislação promulgada pelo Estado

---

¹ Este artigo é parte da tese de doutorado apresentada e defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais no ano de 2019.

brasileiro durante a ditadura militar acerca das políticas e programas destinados às cooperativas.

A origem das cooperativas modernas

Antes da fundação das primeiras cooperativas, algumas sociedades já viviam em sistemas semelhantes ao cooperativismo, como as *zadrugas* na Iugoslávia e as associações francesas de fruticultores do século XIII (LIEBHARDT, 1982). As *zadrugas* eram comunidades rurais típicas entre os povos eslavos e constituíam sociedades patriarcais nas quais os membros trabalhavam em prol da satisfação da necessidade de todos os seus integrantes. A propriedade da terra, o rebanho e o dinheiro também eram posses coletivas. Em virtude de sua fragmentação e das transformações estruturais da sociedade e da economia mundiais, o sistema de *zadrugas* experimentou seu colapso ao final do século XIX (HALPERN; ANDERSON, 1970).

No decênio de 1750, houve o estabelecimento das primeiras cooperativas na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos (BIRCHALL, 1997; SHAFFER, 1999). Na Escócia e na Inglaterra, esse tipo de organização surgiu influenciado pela obra de Robert Owen, o qual defendia a criação de cooperativas (TOPHAM; HOUGH, 1948). Topham e Hough (1948), assim como Liebhardt (1982), mostram que as primeiras cooperativas britânicas foram fundadas por trabalhadores de estaleiros e tecelões.

As cooperativas representaram uma das respostas do operariado ao liberalismo econômico e à opressão vivida nas fábricas no século XIX (TOPHAM; HOUGH, 1948; SHAFFER, 1999), uma vez que a Primeira Revolução Industrial resultou na piora das condições de vida e de trabalho da população inglesa, a qual era submetida a condições insalubres e extenuantes de trabalho em troca de diminutos salários. Além disso, a miséria e o desemprego se alastraram por toda a Inglaterra (MARX, 2006). Neste contexto, o cooperativismo surgiu como uma oposição ao capitalismo.

Durante o século XIX, as primeiras cooperativas almejavam as melhorias das condições de vida e trabalho dos assalariados, propondo medidas como o aumento das remunerações, a diminuição das jornadas de trabalho e a oferta de empregos a trabalhadores desempregados. Seu objetivo principal era contribuir para a qualidade de vida dos associados e de suas famílias, e suas políticas se direcionavam aos pequenos produtores. Também realizavam ações sociais, voltadas à educação e ao combate ao alcoolismo. Seu foco era a prestação de serviços e a produção de gêneros indispensáveis à vida dos trabalhadores. As vendas a prazo e o crédito praticamente inexistiam, pois, sua meta não era a maximização dos

lucros. Como os próprios trabalhadores coordenavam seu funcionamento, as cooperativas rompiam com a divisão instituída pelo modo de produção capitalista entre trabalho intelectual (concepção) e trabalho braçal (execução), a qual colabora para a exploração do proletariado (LIEBHARDT, 1982; SHAFFER, 1999; SCOPINHO, 2007; MARCUSE, 2015).

Hodiernamente, o cenário é diferente, pois muitas cooperativas estão imersas na lógica do capitalismo financeiro, assim como as cooperativas cafeeiras atuantes no município de Nepomuceno. As cooperativas agropecuárias brasileiras priorizam o aumento da produtividade e a exportação da produção, em detrimento das condições de vida e de trabalho dos agricultores. Suas ações se destinam ao fornecimento de insumos urbano-industriais e infraestrutura de armazenamento, transporte e comercialização para os cooperados. Seu foco é a produção de *commodities* voltadas à exportação, intentando a maximização dos lucros. Ademais, fornecem crédito aos associados e permitem o pagamento a prazo.

Dentre as principais características das primeiras sociedades cooperativas, destacam-se a adesão voluntária e livre, o número ilimitado de associados, a gestão democrática e coletiva, a neutralidade política e religiosa, os juros limitados ao capital, entre outras. Além disso, o voto era unitário, não importando o capital ou a quantidade de operações realizada pelo associado (GIDE, 1931; LIEBHARDT, 1982; SERRA, 1987).

Para Owen (1991), o cooperativismo era, em sua origem, um movimento de combate ao lucro e à concorrência, elementos julgados pelo autor como injustiças sociais, típicas do modo de produção capitalista. Ademais, considerava que a divisão interna do trabalho na fábrica entre operários e patrões deveria ser superada, defendendo a criação de medidas assistencialistas aos trabalhadores.

Em dezembro de 1844, quando 28 operários, inspirados pelas ideias de renomados autores cooperativistas, como Robert Owen e Charles Fourier, deliberaram a constituição de uma cooperativa de consumo para a aquisição conjunta de víveres, foi fundada a Sociedade Equitativa dos Pioneiros de Rochdale, popularmente conhecida como Cooperativa de Rochdale, cujo modelo de gestão inspirou o cooperativismo moderno. A maioria das cooperativas britânicas seguiu seu exemplo de atuação. Uma década após a fundação da Cooperativa de Rochdale, a Grã-Bretanha já possuía mais de mil cooperativas e Rochdale contabilizava aproximadamente 1.400 associados (TOPHAM; HOUGH, 1948; LIEBHARDT, 1982; SERRA, 1987).

Não é fortuito o fato de que o movimento tenha surgido em Rochdale, situada em Manchester, visto que a cidade foi uma das mais importantes, senão a principal urbe da Revolução Industrial. Desta maneira, o êxito da cooperativa de Rochdale disseminou vários dos principais fundamentos cooperativistas mundo afora, como a administração democrática e

coletiva, a adesão livre, o voto unitário e a neutralidade religiosa (GIDE, 1931; BIRCHALL, 1997; SCOPINHO, 2007).

Histórico das cooperativas no Brasil

Conforme disserta Shaffer (1999), a primeira cooperativa fundada no Brasil foi a colônia Tereza Cristina, inaugurada no interior do Paraná em 1847. Criada por um grupo de europeus, com destaque para o médico francês Jean Maurice Faivre, foi influenciada pelos ideais cooperativistas de Charles Fourier. Segundo Liebhardt (1982), no início do século XX, algumas cooperativas agrícolas e de consumo foram fundadas no Brasil, obtendo algum sucesso. Neste sentido, os imigrantes foram responsáveis pela consolidação do cooperativismo no Brasil, pois difundiram as ideias cooperativistas vigentes na Europa desde o final do século XIX, dentre as quais é possível destacar a ênfase na prestação de serviços, a associação livre e voluntária, a atuação em prol da melhoria das condições de trabalho e da qualidade de vida dos cooperados, a administração coletiva e as ações na área da educação, como a construção de escolas e a alfabetização dos trabalhadores.

De maneira geral, as cooperativas no Brasil exercem funções de comercialização (atuando ou não no armazenamento e transporte das mercadorias agrícolas), de industrialização, de crédito ou de apoio à produção, fornecendo insumos, equipamentos e assistência técnica. A maioria das cooperativas brasileiras pauta sua atuação em atividades agrícolas individuais, aspecto típico dos países capitalistas. Sublinha-se que o cooperativismo agrícola é o mais usual no Brasil e no mundo (LIEBHARDT, 1982). De acordo com Shaffer (1999), destacam-se no Brasil as cooperativas agrícolas, de consumo, de habitação, de trabalho e produção, financeiras, entre outras.

As cooperativas brasileiras durante a Ditadura Militar (1964-1985)

Por intermédio do Instituto Brasileiro do Café (IBC), doravante o decênio de 1960, o governo brasileiro forneceu investimentos para a fundação e o crescimento de cooperativas privadas. O regime ditatorial firmou parcerias com algumas cooperativas atuantes nos municípios sul-mineiros, providenciando apoio logístico, trabalhista e financeiro para o melhoramento da infraestrutura física destas empresas, com o intuito de fomentar a cafeeicultura na região (COULIS, 2011). Assim sendo, apesar da profunda intervenção estatal no setor agrícola entre os decênios de 1950 e 1970, pode-se dizer que o Estado forneceu o

aporte que possibilitou o grande desenvolvimento das cooperativas particulares a partir dos anos 1990.

Na década de 1970, o governo militar, por intermédio da lei nº. 5.764, definiu a Política Nacional de Cooperativismo e instituiu a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), entidade responsável pela administração do setor cooperativista brasileiro. O órgão possuía o respaldo das Organizações das Cooperativas Estaduais (OCEs), filiais criadas em todas as unidades federativas do país. A OCB almejava o rompimento com os ideais do Movimento de Rochdale e a disseminação do cooperativismo de caráter empresarial. Para atingir suas metas, concentrava seus esforços em ações que intentavam o aumento da produtividade e da eficiência no processo produtivo. Numa ótica racionalista, concebia os cooperados como empresários e defendia a neutralidade política, opondo-se às diretrizes das cooperativas inspiradas nas orientações dos pioneiros de Rochdale. Em 1976, o Estado brasileiro fundou o 1º Programa Nacional de Cooperativismo (Pronacoop), cujos objetivos eram semelhantes aos da OCB, pois visava racionalizar o cooperativismo, ampliar sua produtividade e o número de associados (BRASIL, 1971; FULANETI, 2008; CORADINI, 2009).

Com a fundação da OCB, a legislação referente às cooperativas no Brasil priorizou os grandes proprietários, favorecendo a agricultura voltada à exportação e a reprodução das relações capitalistas no campo. Desta maneira, a entidade exercia função ideológica, pois praticamente não alterava as precárias condições de vida e de trabalho dos pequenos agricultores. Ademais, as cooperativas de caráter capitalista promovem a alienação do trabalho, pois os trabalhadores desconhecem a totalidade do processo produtivo (RIOS, 1989; SCOPINHO, 2007). Durante o período ditatorial, as cooperativas ambicionaram o aumento da produtividade agrícola, fornecendo insumos e infraestrutura para que os agricultores ampliassem a produção em seus estabelecimentos. Neste cenário, a filiação de muitos agricultores familiares à OCB consolidou sua submissão ao setor agroindustrial e a integração da agricultura familiar ao mercado (BRUNO, 2016).

As Cooperativas de Produção Agropecuária criadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

Para a compreensão das atividades exercidas recentemente pelas cooperativas em território brasileiro, é necessário perpassar pelas principais características das cooperativas soviéticas e cubanas, cuja influência sobre o movimento cooperativista brasileiro na segunda metade do século XX é notável, especialmente no que concerne às cooperativas de produção

agropecuária (CPAs) fundadas pelo MST, as quais exerceram uma intensa oposição em relação ao cooperativismo do período ditatorial.

A Revolução Bolchevique, liderada por Lênin, extinguiu a propriedade privada da terra na Rússia e criou formas de produção coletiva, como as comunas, nas quais todos os meios de produção eram coletivizados. Com a morte de Lênin e a ascensão ao poder de Stalin, iniciou-se o processo de coletivização forçada a partir do ano de 1929, cujo objetivo era o cumprimento das metas dos planos quinquenais, os quais estipularam elevados índices de produtividade (REIS FILHO, 2007).

Desde o início do século XX, houve grande crescimento da quantidade de cooperativas na Rússia, consequência da significativa demanda por mecanismos sociais de proteção ao pequeno produtor e ao consumidor perante o mercado (CHAYANOV, 1991; 2014). A respeito do tema, Chayanov (2014) afirma que as cooperativas constituíam uma maneira de socializar o trabalho e ampliar o controle dos trabalhadores sobre a produção e a comercialização. Ademais, o autor considerava a cooperação como uma alternativa ao campesinato para a venda de mercadorias.

Com o objetivo de coletivizar o trabalho e a produção, os camponeses foram obrigados a aderir às cooperativas de produção agropecuária soviéticas, denominadas *kolkozes*, pois Stalin acreditava que o trabalho coletivo promoveria maiores acréscimos à produção agropecuária nacional. Em 1946, Stalin ordenou que aproximadamente catorze milhões de hectares de terras fossem devolvidos ao controle estatal e integrados aos *kolkozes*. Os camponeses que não cumpriram a recomendação estatal sofreram diversas restrições e punições, as quais resultaram em milhões de óbitos, sobretudo decorrentes das situações de fome e de miséria (OLIVEIRA, 2007; REIS FILHO, 2007; THOMAZ, 2010). No tocante ao assunto, Chayanov (1974; 2014) teceu ásperas críticas à coletivização forçada nas comunas soviéticas, a qual, em sua concepção, minorava a autonomia dos camponeses.

As principais deliberações dos *kolkozes* eram estabelecidas nas assembleias gerais e almejavam a racionalização da produção para o aumento da produtividade. Seus integrantes recebiam gratuitamente pedaços de terra, nos quais deveriam produzir durante toda a vida. Como estratégia para ampliar a produtividade, cada seção de trabalho possuía liberdade financeira. Destarte, conforme a produção era ampliada, também havia o aumento dos rendimentos dos camponeses integrantes de determinada seção. Outros países como Bulgária, Hungria, Polônia, Romênia, Tchecoslováquia e a antiga Iugoslávia também aderiram a modelos de cooperativa semelhantes aos *kolkozes* soviéticos durante a Guerra Fria. Algumas de suas principais características, como a divisão entre produção agrícola e pecuária, a busca pela autonomia dos setores das cooperativas e pela ampliação da produtividade, a

administração da infraestrutura e a divisão da aplicação do excedente entre novos investimentos produtivos e a repartição entre os cooperados, foram empregadas em diversas CPAs, inclusive as brasileiras (REIS FILHO, 2007; THOMAZ, 2010).

Cuba também promoveu a coletivização da agricultura a partir do final do decênio de 1950, principalmente através da criação de cooperativas e empresas estatais. As CPAs cubanas almejaram desenvolver a agricultura local, sobretudo por intermédio do uso de insumos urbano-industriais oriundos da Revolução Verde, como máquinas agrícolas e fertilizantes químicos. Neste cenário, o governo cubano articulou alguns pactos para que os camponeses se associassem às cooperativas. Dentre as vantagens oferecidas aos camponeses, pode-se salientar o acesso ao crédito, o direito à aposentadoria, a permissão da construção de moradias e o ressarcimento pela entrega das terras às cooperativas. Os planejamentos das CPAs cubanas foram acompanhados pelo Estado, o qual através da Associação Nacional de Pequenos Agricultores (ANAP) determinava qual seria o destino da produção – autoconsumo, venda ao Estado ou comercialização nos mercados agrícolas – e o percentual direcionado a cada uma dessas alternativas. Doravante o decênio de 1980, houve queda na produtividade das CPAs cubanas, incidindo na redução do número de CPAs em território cubano, bem como na fusão de algumas (THOMAZ, 2010).

Assim sendo, observa-se que as cooperativas cubanas são amplamente submissas ao poder estatal, que controla tanto sua produção, quanto a comercialização dos víveres produzidos. Muitas das características das CPAs cubanas foram utilizadas como modelo para as CPAs criadas pelo MST, as quais herdaram do modelo cubano a organização da infraestrutura e a ênfase em uma atividade principal, com outras ocupações de menor importância (THOMAZ, 2010).

No Brasil, o Plano Nacional do MST, vigente entre 1989 e 1993, previa a constituição do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), instituído entre os anos de 1989 e 1992. Um de seus principais objetivos era que o cooperativismo atingisse todos os assentados, não somente os integrantes das CPAs. Além disso, almejava auxiliar e fomentar as formas de cooperação produtivas (cujo foco é a produção) e não produtivas (as quais se baseiam em atividades do setor terciário, sobretudo a prestação de serviços, como a comercialização dos gêneros produzidos). Ao SCA caberia a formação técnica dos assentados, enquanto a luta e a organização políticas seriam uma incumbência do MST. O SCA fundou diversas Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) e Cooperativas de Comercialização e Prestação de Serviços (CPSs), com o intuito de melhorar as condições de vida dos assentados, mas também de assegurar o aumento da produtividade, a fundação de indústrias e agroindústrias, o acesso ao

capital e às tecnologias. Ademais, também desejava difundir os valores socialistas, a luta política e a oposição ao capitalismo (CONCRAB, 1999; SCOPINHO, 2007).

Segundo Carvalho (1999), o SCA e o Plano Nacional do MST criticaram, com uma análise incipiente e insatisfatória, os processos de cooperação anteriores a 1989, uma vez que não se dedicaram ao estudo sobre seus aspectos políticos, econômicos e antropológicos. Em função disso, decidiram que mudanças eram necessárias no modelo cooperativista adotado. Destarte, houve uma transformação no paradigma de cooperação do movimento, reverberando em expressivas modificações no perfil, na atuação e na organização de suas cooperativas, as quais, até o ano de 1989, eram constituídas de maneira mais espontânea, principalmente através de comunidades eclesiais de base (CEBs), sindicatos rurais e associações espontâneas. Neste cenário, a maioria das cooperativas era de pequeno porte, com parca politização de seus membros.

Em seus documentos, o SCA preconizava a pluralidade de formas cooperativas no MST. No entanto, tal propósito não foi alcançado, pois as cooperativas dos assentados adquiriram acentuado cunho técnico, privando-se de seu conteúdo político. Com a ênfase conferida às CPAs e às CPSs, as demais formas de cooperação conhecidas pelos camponeses foram preteridas pelo MST. Além disso, as CPAs e as CPSs ficaram praticamente restritas ao aspecto econômico, em detrimento de sua dimensão político-ideológica. O direcionamento das ações à administração, à eficiência e às finanças das cooperativas prejudicou a formação política e ideológica dos cooperados (CARVALHO, 1999). A atuação e a organização das CPAs e CPSs apresentam um contrassenso, pois a despeito do caráter político de oposição ao capitalismo, as cooperativas do MST estão profundamente inseridas no mercado e em algumas relações capitalistas de produção. Com efeito, tal conjuntura enfraquece a coesão do movimento e sua luta política (CONCRAB, 1999).

Destá maneira, pode-se dizer que o SCA concentrou suas atividades no sistema de cooperativas, olvidando-se da cooperação. Neste âmbito, é importante salientar a diferença entre os vocábulos, uma vez que a cooperação é um princípio associado aos grupos camponeses e ao modo de produção socialista, enquanto a cooperativa pode ter várias feições, como o capitalista, predominante na maioria das cooperativas do século XXI. Carvalho (1999) explica que o SCA defendeu a indissociabilidade entre cooperativas e cooperação. Entretanto, a experiência prática refutou sua tese, uma vez que a gênese das cooperativas não resultou na coletivização que o movimento desejava, pois muitos assentados preferiram o trabalho individual. Assim, a fundação e a organização das CPAs desconsideraram importantes aspectos sociais, históricos e antropológicos dos grupos que as constituem.

De acordo com Fabrini (2000), Marconi e Santos (2016) e Cattelan e Moraes (2018), o MST defende a instalação de cooperativas agrícolas em todos os seus assentamentos como modo de transformar a sociedade. Entre seus objetivos estão o fortalecimento das lutas camponesas e a reforma agrária. A autonomia das cooperativas vinculadas ao MST é assegurada pelo seu objetivo político, isto é, pelo caráter revolucionário do movimento. Neste sentido, as cooperativas dos assentados constituem uma oposição política em relação ao modo de produção capitalista. Destarte, são dotadas de conteúdo político-ideológico. No tocante ao aspecto econômico, tal contraposição não existe, uma vez que as CPAs estão inseridas no mercado, porque comercializam o excedente e utilizam insumos urbano-industriais na produção. Além disso, facilitam o acesso ao crédito para a aquisição de insumos produtivos. Assim, há uma contradição entre a postura econômica adotada e a luta política das cooperativas do MST, pois ao passo que possuem um caráter econômico empresarial, também efetivam diversas ações visando a reforma agrária e contestando o modo de produção capitalista.

As CPAs criadas pelo MST tentam a integração dos agricultores associados aos mercados capitalistas, baseando seu processo produtivo na racionalidade técnica com o intuito de aumentar a produtividade. Para majorar sua eficiência econômica, promovem a especialização do trabalho e da produção, diminuem os custos de produção e investem em capital constante e variável para a ampliação de sua competitividade no mercado. Assim sendo, em âmbito econômico, não se opõem ao capitalismo, mas desejam participar intensamente de seus mercados (FABRINI, 2000; MARCONI; SANTOS, 2016).

Em contrapartida, na esfera política, proporcionam a realização de diversas lutas e manifestações, além de propiciarem a discussão sobre diversos assuntos, como trabalho, política, educação e cultura. Também promovem a constituição de lideranças políticas e estabelecem associações com vários outros movimentos, sindicatos e entidades trabalhistas. Destarte, efetivam uma luta política revolucionária em prol do socialismo e contra a perpetuação de práticas capitalistas de trabalho e de produção no campo, buscando a diminuição da desigualdade de renda, da concentração fundiária, da violência e das diversas formas de opressão sofridas por mulheres e homens (FABRINI, 2000; MARCONI; SANTOS, 2016).

Nas CPAs, há a socialização dos meios de produção, os quais são coletivos. Os rendimentos obtidos com a comercialização da produção são, em sua maioria, direcionados à aquisição de insumos empregados na produção. Conseqüentemente, as receitas raramente são destinadas à compra de bens de consumo para as famílias. Desta maneira, as cooperativas mecanizam a produção e aplicam tecnologias agrícolas com o intuito de ampliar a produtividade. Ademais, a produção agrícola é volvida ao autoconsumo, enquanto o excedente

é comercializado nos mercados agrícolas. As CPAs são respaldadas pela legislação cooperativista brasileira, pois são oficialmente registradas como empresas de caráter cooperativo. Assim, asseguram alguns importantes direitos trabalhistas aos cooperados (FABRINI, 2000; SCOPINHO, 2007; THOMAZ, 2010).

A associação de algumas CPAs com grandes indústrias e agroindústrias propiciou o aperfeiçoamento da formação técnica de seus assentados. Desta maneira, as CPAs ampliaram expressivamente seus rendimentos e melhoraram a qualidade de vida dos cooperados. Apesar do enfoque conferido à produção coletiva e cooperativa, as CPAs também fornecem auxílio à produção individual dos assentados (CONCRAB, 1999).

Em pleno ano de 1995, um documento da CONCRAB (1995) já elencava alguns dos principais empecilhos ao êxito das CPAs implantadas pelo MST. Dentre os problemas enfrentados pelas CPAs, a entidade destacou a ausência de planejamento, a baixa qualificação técnica dos trabalhadores para a produção e para a administração nas/das cooperativas, o ineficiente controle financeiro da produção, a falta de assessoria aos cooperados, a escassez de normas regulatórias do trabalho e da produção, a carência de recursos financeiros e a fragilidade da formação política dos cooperados.

A Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) foi um órgão fundado em 1992 para unificar algumas cooperativas centrais do MST e diversas cooperativas de base do movimento. Sua gênese corrobora o desejo do MST de centralizar os esforços cooperativos, especialmente através da criação das cooperativas centrais, as quais deveriam fornecer assistência técnica às CPAs, auxiliando no planejamento do processo produtivo. Para a CONCRAB, as cooperativas dos assentados deveriam promover melhorias nas forças produtivas. Para a concretização deste objetivo, intentava a mecanização das atividades agropecuárias, o emprego das tecnologias existentes para a ampliação da produtividade e a racionalização dos recursos naturais e das forças produtivas (CONCRAB, 1999; FABRINI, 2000; THOMAZ, 2010).

Fabrini (2000) disserta que com a instauração da CONCRAB, as cooperativas do MST abandonaram a contestação à produção e ao mercado capitalistas, direcionando suas ações à integração na economia capitalista de mercado. Doravante a fundação da CONCRAB, a viabilidade econômica das cooperativas se tornou seu principal objetivo, com ênfase conferida às ações que oportunizassem a ampliação da produtividade e das receitas dos assentados. Assim sendo, características elementares do movimento, como a luta camponesa e a defesa da reforma agrária e do socialismo, foram gradativamente relegadas.

O MST considera a integração entre produção agrícola e indústria um dos caminhos para o aumento da competitividade dos gêneros produzidos pelos assentados. Os lucros

obtidos com a venda dos víveres são apropriados pelos próprios trabalhadores das cooperativas, distinguindo-se dos complexos agroindustriais, nos quais os lucros auferidos são apossados pelos proprietários, enquanto os trabalhadores assalariados têm sua mais-valia diariamente explorada (FABRINI, 2000; SCOPINHO, 2007).

Fabrini (2000) e Cattelan e Moraes (2018) afirmam que a maioria dos assentados do MST desenvolve produção individual, pois muitos possuem certa aversão à produção coletiva e cooperativa. Em alguns casos, há a conciliação entre trabalho coletivo e individual nas cooperativas fundadas pelo movimento. Neste sentido, muitos assentados optam pela não adesão às cooperativas, devido ao temor da perda de sua autonomia, a qual constitui uma das características marcantes dos grupos camponeses (CHAYANOV, 1974; WANDERLEY, 1996; JOLLIVET, 1998; LEFEBVRE, 2011). Além disso, a resistência dos assentados às cooperativas se deve ao fracasso da maioria das cooperativas tradicionais num passado não muito distante (FABRINI, 2000).

A respeito do tema, Kautsky (1980) acreditava que com o êxito das cooperativas socialistas, os camponeses perderiam o receio da associação em cooperativas agrícolas. No entanto, em virtude de diversos processos, como o fracasso das comunas na União Soviética e a predominância de cooperativas de caráter capitalista nos tempos hodiernos, a tese kautskista não pôde ser confirmada, tampouco refutada.

A predominância da produção individual entre os assentados não condiz com o pensamento político do movimento, pois o MST preconiza o combate à produção individual nos assentamentos, pois a considera uma característica capitalista. Apesar de algumas cooperativas se caracterizarem pela produção diversificada, outras priorizaram uma produção especializada, distanciando-se da policultura, qualidade peculiar do campesinato (FABRINI, 2000).

Marx (1983; 2006) afirma que os grandes proprietários são beneficiados na concorrência frente aos pequenos, pois podem aguardar o melhor momento de mercado para venderem suas mercadorias. Ademais, também adquirem os insumos empregados na produção por um preço menor, uma vez que compram em maiores quantidades. Atentando-se à situação exposta, Fabrini (2000) e Cattelan e Moraes (2018) advogam que a cooperação agrícola efetivada pelos assentados do MST é uma alternativa eficaz para a ampliação da competitividade dos pequenos produtores ante a concorrência capitalista, sobretudo da agricultura patronal e dos oligopólios internacionais do setor agropecuário, visto que reduz os preços venais dos gêneros agrícolas por eles produzidos. Ao melhorar as condições de concorrência de seus cooperados, o MST promove sua inserção no mercado.

Conforme explicam Liebhardt (1982) e Oliveira (2016), com a financeirização da economia mundial, há uma expressiva mutação dos objetivos e das ações das cooperativas, as quais foram apropriadas pela lógica capitalista de produção. Acerca do assunto, Kautsky (1980) já advertia sobre os riscos da associação entre capitalismo e cooperativismo. Em seus dizeres:

Os operários de uma fábrica de açúcar de uma destilaria, de uma leiteria, de uma fábrica de conservas, de uma cooperativa de biscoitos, não são os cooperadores, mas operários assalariados, empregados e explorados por eles. A vantagem que os agricultores obtêm com as cooperativas reside, independentemente das economias feitas nas despesas de transporte e de comércio, na entrada do lucro do capital. A cooperativa de produção agrícola dessa espécie e não tem havido outras até agora - constitui um degrau para o capitalismo e não para o socialismo (KAUTSKY, 1980, p. 158).

Considerações finais

Doravante o decênio de 1960, o governo militar, principalmente por meio da OCB, forneceu estímulos ao surgimento e ao crescimento de cooperativas privadas, cujo objetivo principal é o lucro e sua maximização. As cooperativas instituídas nesse período diferiram expressivamente das cooperativas do século XIX, uma vez que focavam suas ações no aumento da produtividade e preconizavam a neutralidade política, contrariando a oposição ao liberalismo e à exploração do trabalho defendidas pelos pioneiros da Sociedade Equitativa dos Pioneiros de Rochdale. Ademais, aliada ao Pronacoop, a OCB priorizou o direcionamento da produção agropecuária à exportação e a reprodução das relações capitalistas de produção e trabalho no campo e na agricultura.

Já as CPAs, fundadas pelo MST no decênio de 1990, foram inspiradas nos *kolkoz*es soviéticos e nas CPAs cubanas. Assim, são ideologicamente contrárias ao capitalismo. Seus integrantes realizam diversas manifestações e protestos pelo país, mantendo sua luta no âmbito político. No entanto, na esfera econômica, integram-se aos mercados capitalistas, uma vez que o MST compreende que a união dos agricultores em cooperativas aumenta sua competitividade no mercado, principalmente em relação à concorrência desleal da agricultura patronal. Após o advento da Concrab, as CPAs conferiram ênfase à dimensão econômica, em detrimento da dimensão política do movimento. Outra dificuldade enfrentada é o fato de a maioria dos assentados do MST preferir a produção individual à coletiva, não se filiando às CPAs.

Brief history about agricultural cooperatives in Brazil

Abstract: Cooperatives represented a new mode of organization workers on the European continent. From the 19th century, the first cooperatives founded in Brazil were based in cooperative ideals coming from Europe, such as collective management, free and voluntary association, and the struggle to improve living and working conditions. Afterly, diverse and distinct types of agricultural cooperatives appeared in Brazilian territory. Thus, the objective of the article is to discuss the history of cooperatives in Brazil, highlighting those created by the Brazilian State during the military dictatorship and agricultural production cooperatives founded by the Landless Rural Workers' Movement. The methodological procedures adopted were bibliographic research and document analysis.

Keywords: Agricultural Cooperatives; Military Dictatorship; Landless Rural Workers' Movement; Brazil.

Breve historia acerca de las cooperativas agropecuarias en Brazil

Resumen: Las cooperativas representaron una nueva forma de organización de los trabajadores en el continente europeo. A partir del siglo XIX, las primeras cooperativas fundadas en Brasil se basaban en los ideales cooperativistas provenientes de Europa, como la gestión colectiva, la asociación libre y voluntaria, y la lucha por la mejoría en las condiciones de vida y trabajo. Posteriormente, varios y distintos tipos de cooperativas agropecuarias aparecieron en territorio brasileño. Así, el objetivo del artículo es discutir la historia de las cooperativas en Brasil, destacando aquellas creadas por el Estado brasileño durante la dictadura militar y las cooperativas de producción agropecuaria fundadas por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra. Los procedimientos metodológicos adoptados fueron la investigación bibliográfica e el análisis documental.

Palabras clave: Cooperativas Agropecuarias; Dictadura Militar; Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra; Brasil.

Referências

BIRCHALL, Johnston. **The International Co-operative Movement**. Manchester: Manchester University Press, 1997.

BRASIL. **Lei nº. 5.764**, de 16 de dezembro de 1971. In: Diário Oficial da União. 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm>. Acesso em: 08 ago. 2017.

BRUNO, Regina. Desigualdades, agronegócio, agricultura familiar no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**. v. 24, n. 01. 2016, p. 142-160.

CARVALHO, Horácio Martins de. "As Contradições Internas no Esforço de Cooperação nos Assentamentos de Reforma Agrária do MST (Período 1989-1999)". In: CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil. **A Evolução da Concepção de Cooperação Agrícola do MST (1989 a 1999)**. São Paulo: MST/Cadernos de Cooperação Agrícola. v. 08. 1999, p. 27-39.

CATTELAN, Renata. ; MORAES, Marcelo Lopes de. MST e ideologia: a teoria e a prática no assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu/PR. **Revista NERA**, Presidente Prudente. v. 21, n. 41. 2018, p. 12-38.

CHAYANOV, Aleksander. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Editora Nueva Visión, 1974.

CHAYANOV, Aleksander. **The Theory of Peasant Co-operatives**. Tradução: David Wegwood Benn. Columbus: Ohio State University Press, 1991.

CHAYANOV, Aleksander. Teoria dos Sistemas Econômicos Não Capitalistas. In: CARVALHO, Horácio Martins de. (Org.). **Chayanov e o Campesinato**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2014, p. 99-137.

CONCRAB - CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL. **Perspectivas da Cooperação Agrícola nos Assentamentos**. São Paulo: MST/Cadernos de Cooperação Agrícola. v. 04. 1995.

CONCRAB - CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL. **A Evolução da Concepção de Cooperação Agrícola do MST (1989 a 1999)**. São Paulo: MST/Cadernos de Cooperação Agrícola. v. 08. 1999.

CORADINI, Odacir Luiz. “Produtores, cooperativismo empresarial e multinacionais: o caso do trigo e da soja”. In: CORADINI, Odacir Luiz. ; FREDERICQ, Antoinette. **Agricultura, cooperativas e multinacionais**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. 2009, p. 04-87.

COULIS, Jonathan. E. **Rooted in Coffee – Deregulation, Economic Crisis and Restructuring Power in the Brazilian Coffee Sector: How Small-Scale Coffee Producers Responded to the Coffee Crisis in Sul de Minas**. Dissertação de Mestrado. Departamento de História. Universidade de Guelph, Ontario, Canadá. 2011. 140 f.

FABRINI, João Edmilson. A cooperação agrícola nos assentamentos: uma proposta política. **Geografia**, Londrina. v. 09, n. 01. 2000, p. 67-78.

FULANETI, Oriana de Nadai. Análise do discurso do Cooperativismo Oficial. **Estudos Linguísticos**, São Paulo. v. 37, n. 03. 2008, p. 281-287.

GIDE, Charles. **Principes d’économie politique**. Paris: Librairie Du Recueil Sirey, 1931.

HALPERN, Joel. M. ; ANDERSON, David. The Zadruga, a Century of Change. **Anthropologica**, Ottawa. v. 12, n. 01. 1970, p. 83-97.

JOLLIVET, Marcel. A “vocaço atual” da sociologia rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro. v. 11. 1998, p. 05-25.

KAUTSKY, Karl. **A Questo Agrria**. 3^a Ediço. So Paulo: Proposta Editorial, 1980. (Coleço Proposta Universitria).

LEFEBVRE, Henri. **O Vale de Campan**: Estudo de Sociologia Rural. Traduço: Ana Cristina Mota Silva e Anselmo Alfredo. So Paulo: EdUSP, 2011.

LIEBHARDT, Marcelo Ernesto. **O Sistema Cooperativo Agrrio Brasileiro: Comercializaço, Integraço Vertical e Crdito**. Braslia: Comisso de Financiamento da Produço, 1982.

MARCONI, Ivan César. ; SANTOS, Luis Miguel Luzio dos. Cooperativismo no MST: o caso da Copran. **Interações**, Campo Grande. v. 17, n. 02. 2016, p. 173-193.

MARCUSE, Peter. Cooperatives On the Path to Socialism? **Monthly Review**. v. 66, n. 09. 2015, p. 31-38.

MARX, Karl. **O Capital (Crítica da Economia Política) – Livro 3 - O Processo Global de Produção Capitalista**. Volume VI. Tradução: Moacyr Félix. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 1983, p. 705-1079.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução: Alex Marins. São Paulo: Editora Martin Claret. 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. 1ª Edição. São Paulo: FFLCH/ Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iãnde Editorial, 2016.

OWEN, Robert. **A New View of Society: Or Essays on the Principle of the Formation of the Human Character, and the Application of the Principle the Practice**. Harmondsworth: Penguin Books, 1991.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Uma Revolução Perdida – A história do socialismo soviético**. 2ª Edição Atualizada. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. **O que é cooperativismo**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Sobre Cooperação e Cooperativas em Assentamentos Rurais. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte. v. 19, Edição Especial n. 01. 2007, p. 84-94.

SERRA, Elpídio. Algumas Contradições entre a Teoria e a Prática Cooperativista. **Boletim de Geografia**, Maringá. v. 05, n. 01. 1987, p. 53-70.

SHAFFER, Jack. **Historical Dictionary of The Cooperative Movement**. Lanham: Scarecrow Press, 1999.

THOMAZ, Fernanda. **O Modelo Socialista de Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA-MST): contradições e avanços – estudo de caso da Copava**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade de São Paulo. 2010. 201 f.

TOPHAM, Edward. ; HOUGH, John Aspey. **The Co-operative Movement in Britain**. Londres: British Council, 1948.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: **Anais do XX Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu: ANPOCS, 1996, p. 01-18.

Sobre o autor

Lucas Guedes Vilas Boas - Licenciado e Bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2013). Especialista em Ciências Humanas e Saúde pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2014). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2016). Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2019).

Recebido para avaliação em setembro 2021

Aceito para publicação em maio de 2021